



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal de Oliveira dos Brejinhos - Bahia

ANO XIII - Edição Nº 125

BAHIA - 23 de Abril de 2025 - Quarta-feira

Atos Administrativos

Prefeitura Municipal de Oliveira dos Brejinhos publica:

- **PORTARIA Nº 115/2025 DE 23 DE ABRIL DE 2025** - “EXONERA A PEDIDO O SENHOR GEORGITON DA SILVA ROCHA DO CARGO DE CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS”.
- **PORTARIA Nº 116/2025 DE 23 DE ABRIL DE 2025** - “NOMEIA O SENHOR GEORGITON DA SILVA ROCHA PARA O CARGO DE DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS”.
- **PORTARIA EDUCAÇÃO Nº 03/2025 DE 23/04/2025** - Homologa o Planejamento Pedagógico Anual, na forma em que indica.

Regulamentações

- **LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000** - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.
- **LEI Nº 12.527/2011** - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
- **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



Este documento está disponibilizado no site: www.oliveiradosbrejinhos.ba.gov.br

Documento assinado digitalmente conforme MP nº - 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Imprensa Oficial



PREFEITURA DE
**OLIVEIRA DOS
BREJINHOS**
CUIDANDO DE GENTE, CONSTRUINDO O FUTURO!
CNPJ Nº 13.798.905/0001-09

PORTARIA Nº 115/2025 DE 23 DE ABRIL DE 2025

*“EXONERA A PEDIDO O
SENHOR **GEORGITON DA SILVA
ROCHA** DO CARGO DE **CHEFE
DE GABINETE** DO MUNICÍPIO
DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS”.*

O PREFEITO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, na forma prevista na Lei Orgânica do município de Oliveira dos Brejinhos.

RESOLVE A PEDIDO:

Art. 1º. Fica exonerado a pedido o senhor **Georgiton da Silva Rocha** do cargo de **Chefe de Gabinete**, do município de Oliveira dos Brejinhos.

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01/04/2025, revogados as disposições e contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Oliveira dos Brejinhos, em 23 de abril de 2025.

Clériston Uaide Reis Guedes Pereira
Prefeito Municipal

Praça João Nery de Santana, 197, Centro
Oliveira dos Brejinhos - BA
CEP: 47.530-000





PREFEITURA DE
**OLIVEIRA DOS
BREJINHOS**
CUIDANDO DE GENTE, CONSTRUINDO O FUTURO!
CNPJ Nº 13.798.905/0001-09

PORTARIA Nº 116/2025 DE 23 DE ABRIL DE 2025

*“NOMEIA O SENHOR **GEORGITON DA SILVA ROCHA** PARA O CARGO DE **DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL** DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS”.*

O **PREFEITO DE OLIVEIRA DOS BREJINHOS, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, na forma prevista na Lei Orgânica do município de Oliveira dos Brejinhos.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado o senhor **Georgiton da Silva Rocha** para o cargo de **Diretor de Fiscalização e Monitoramento Ambiental**, do município de Oliveira dos Brejinhos, com atribuições legais conforme a Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01/04/2025, revogados as disposições e contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Oliveira dos Brejinhos, em 23 de abril de 2025.

Clériston Uaide Reis Guedes Pereira
Prefeito Municipal

Praça João Nery de Santana, 197, Centro
Oliveira dos Brejinhos - BA
CEP: 47.530-000





SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
Praça Antônio Rodrigues da Silva, s/n centro, Oliveira dos Brejinhos – Bahia
CNPJ: 06.075.190/0001-92

PORTARIA EDUCAÇÃO N.º 03/2025

De, 23/04/2025

Homologa o Planejamento Pedagógico Anual,
na forma em que indica.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, especialmente em referência na Constituição Federal de 1988, na Constituição do Estado da Bahia, e na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e base da educação;

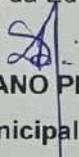
CONSIDERANDO os princípios que regem a Administração Pública, em especial os princípios da responsabilidade e de boas relações funcionais.

Artigo 1º - Fica homologado o Planejamento Pedagógico Anual da Secretaria Municipal da Educação, na forma do anexo único à esta Portaria.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, estando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Secretário Municipal da Educação, 23/04/2025.


DANILO CRISTIANO PINTO ORMONDE
Secretário Municipal da Educação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO ANUAL - 2025

OLIVEIRA DOS BREJINHOS-BAHIA
2025



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DANILO CRISTIANO PINTO ORMONDE

Secretário Municipal de Educação

Equipe técnica

Andrea Taciana Marques da Silva Leite

Dirceu Maciel de Oliveira

Ducelúcia de Almeida Borges

Glayton Claudino Pinheiro de Lima

Michael Saldanha de Oliveira

Pedro da Silva Araújo Junior

Rafaela de Souza Santana

Romário Silva Jorge

Vilmar Rodrigues da Cruz



1 CONTEXTO SOCIAL: O MUNICÍPIO

Dados divulgados no site oficial do município evidenciam que as origens de Oliveira dos Brejinhos remontam à década de 1640, com o surgimento do arraial de Brejos, formado por famílias de colonos portugueses. Durante o século XVII, a localidade passou a ser chamada de Brejo Grande, mas enfrentou uma epidemia de varíola no final do século, que levou à decadência do arraial. No início do século XIX, novas famílias de colonos chegaram, reanimando a economia local por meio do comércio. Na década de 1860, o "capitão" José Manuel Teixeira Leite requisitou a mudança do nome para Brejo Grande de Oliveira, e em 1891, o município foi oficialmente criado como Oliveira dos Brejinhos.

Com população estimada em 21.334 pessoas, o município dispõe de uma área total de 3.313,418 km², localiza-se na Microrregião de Boquira e Mesorregião do Centro Sul Baiano, com altitude de 550m, limitando-se com Brotas de Macaúbas (ao leste), Ibotirama e Morpará (ao norte), Paratinga (ao oeste), Ibitiara e Boquira (ao sul) (IBGE Cidades, 2023). Integra o Velho Chico, um dos 27 Territórios de Identidade do estado da Bahia.

No que tange à economia, vê-se que é marcada pela produção de quartzo, utilizado na fabricação de fios ópticos, e mármore imperial, exportado principalmente para a Itália e Países Baixos. Muitos munícipes possuem vínculos informais de trabalho e atuam no setor de serviços, especialmente no comércio varejista, recebendo até um salário mínimo (IBGE Cidades, 2023). Além disso, atuam na agricultura familiar, onde cultivam feijão, milho, mandioca e outros produtos do gênero. Há, ainda, acentuadas desigualdades, o que demanda diferentes frentes de atuação com vistas à correção, inclusive pela via educacional.

Oliveira dos Brejinhos dispõe de festas e tradições culturais. Dentre elas, destaca-se: Terno de Reis, São João e São Pedro. Essas manifestações movimentam a cidade, inclusive em termos econômicos, vez que atraem pessoas de municípios circunvizinhos. Os aspectos históricos, sociais e econômicos precisam ser estudados e, na medida do possível, integrar o Plano Pedagógico do Sistema Municipal de Ensino, de tal modo que todos os sujeitos compreendam o contexto em que vivem e atuam.



2. EDUCAÇÃO BREJINHENSE: CONQUISTAS E DEMANDAS

2.1 Notas técnicas

A Secretaria Municipal de Educação é o órgão gestor, administrativo do sistema municipal de ensino com inúmeras funções que são alicerçadas nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Essas funções estão ancoradas nas competências do município, previstas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/96) e na Lei Municipal 212/2023 que institui o sistema municipal de ensino.

Nessa perspectiva, o Sistema Municipal de Ensino é composto por órgãos e instituições educacionais que de forma articulada atuam para uma mesma finalidade. Os órgãos são: a Secretaria Municipal de Educação, Órgão Gestor e o Conselho Municipal de Educação, órgão normativo e demais Conselhos que tratam da educação no Município. Já as instituições educacionais são as escolas mantidas pelo poder público municipal ou escolas mantidas pela iniciativa privada.

O município, na organização da educação brasileira, tem como uma de suas incumbências “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental [...]”. (BRASIL, 1996, art. 11).

A oferta das primeiras etapas da educação básica como incumbências prioritárias desafiam o ente federado a exercer uma gestão educacional pautada nos princípios da gestão democrática e no Plano Municipal de Educação, que é uma importante política norteadora da gestão educacional, pois este indica os rumos da educação municipal a cada década.

Faz-se necessário estabelecer movimentos constantes de [re] articulação que assegurem uma atuação dinâmica, coerente e participativa de todos os atores envolvidos nesse processo sistêmico da educação municipal. Movimentos estes estabelecidos pela articulação entre os órgãos de educação e destes com as escolas municipais e a escola privada. Todo o processo acontece através do diálogo, da interlocução, da participação, da autonomia, da competência técnica, da formação continuada dos profissionais da educação, da transparência, do planejamento, que são importantes indicadores da qualidade e do fortalecimento do Sistema Municipal de Ensino.

Na estrutura do sistema municipal de ensino, cada órgão tem o seu papel, o que assegura a autonomia do município para construir políticas educacionais que



estejam cada vez mais perto dos desejos e anseios da sociedade. Ao Conselho Municipal de Educação, importante mecanismo de gestão democrática, compete baixar normas complementares para o Sistema Municipal de Ensino, de forma a garantir a unidade e a coerência necessárias aos elementos que constituem essa organização sistêmica.

Assim, no contexto da gestão da educação municipal, o Conselho Municipal de Educação é um espaço colegiado que fala ao governo em nome da sociedade. Por isso, necessita ser reconhecido pelos gestores municipais como um órgão autônomo e articulador de políticas educacionais. Dentre as suas funções, que são destacadas na lei de criação do órgão e do Sistema de Ensino estão: a consultiva, normativa, deliberativa, propositiva, mobilizadora e fiscalizadora.

A gestão municipal tem buscado diversas ferramentas quando o assunto é melhoria da qualidade na educação, seja na capacitação da equipe gestora ou na complementação do ensino ofertado dentro das salas de aula. Para isso, o planejamento pedagógico, as tomadas de decisões referentes às ações e estratégias, bem como o currículo deverá ser totalmente alinhado à BNCC (2017), LDB 9394/1996 e ao Documento Referencial Curricular Municipal.

2.2 Caminhos trilhados: entre conquistas e desafios

O Sistema Municipal de Ensino de Oliveira dos Brejinhos tem buscado acompanhar e dar conta das constantes demandas que a sociedade contemporânea impõe à educação, bem como das necessidades físicas e pedagógicas dos estudantes e professores, visando promover uma qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. O quadro abaixo reúne algumas das principais conquistas dos últimos anos:

Pedagógica:

- Construção do Referencial Curricular do Município;
- Elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas;
- Criação da Educação de Tempo Integral, mesmo que embrionária;
- Ampliação da equipe de suporte pedagógico (supervisores para a secretaria, orientadores pedagógicos para cada unidade de ensino, auxiliares de turma);



- Aquisição de materiais didáticos para as escolas e Salas de Recursos Multifuncionais;
- Contratação de uma nutricionista específica para a pasta da educação;
- Composição de uma equipe multidisciplinar;
- Ampliação do acervo de livros paradidáticos;
- Avanço do IDEB na maioria das escolas.

Estrutural:

- Construção e reforma de quadras em escolas;
- Alinhamento de ações com o setor de transporte;
- Aquisição de ar condicionado para algumas escolas (melhoria física);
- Melhoramento do espaço da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

As supracitadas conquistas não emergiram do nada. Elas resultam do esforço dos estudantes, professores e familiares, além dos investimentos feitos pela SME por meio da injeção de recursos financeiros e desenvolvimento de ações elencadas no Planejamento Pedagógico. É importante frisar que algumas das supracitadas conquistas são condicionantes para o recebimento de verbas que são convertidas em mais investimento para a educação municipal.

Para seguir avançando, é cogente investir ainda mais em formação contínua para os professores, bem como para os supervisores e orientadores que fazem o acompanhamento do trabalho pedagógico nas escolas. Urge construir ainda um Planejamento Pedagógico em nível de rede e no âmbito de cada unidade escolar, que preveja ações estratégicas alinhadas com a pauta da recomposição de aprendizagens, o sucesso escolar e a melhoria dos indicadores projetos com base em avaliações externas.

Além dos desafios de ordem didático-pedagógica, é imperioso criar situações de ensino aprendizagem que tem como horizonte a superação das desigualdades sociais e a conquista da equidade, o que demanda um olhar para temas correlacionados: 1º trimestre = educação alimentar e nutricional (Lei nº 13.666, de 2018); 2º trimestre = contribuições, as vivências e as conquistas femininas nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política. (Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024); 3º trimestre = aspectos da história e da cultura que caracterizam



a formação da população brasileira visto que vivemos em um país diverso marcado por diversos preconceitos estruturais que precisam ser problematizados, tal como aponta a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

O trabalho com os temas ora mencionados concatena com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente as metas: 1. erradicação da pobreza; 2. fome zero e agricultura sustentável; 4. educação de qualidade; 5. igualdade de gênero; 10. redução das desigualdades.



Prefeitura Municipal de Oliveira dos Brejinhos
Secretaria Municipal de Educação

3. PLANO ESTRATÉGICO 2025

3.1-MISSÃO:

Abranger os processos formativos educacionais que se desenvolvem na vida familiar na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil municipal e nas manifestações culturais locais.

3.2-VISÃO:

Promover projetos inspirados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho e para a vida.

3.3-VALORES:

Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.

3.4- OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.



XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

PROJETOS PRIORITÁRIOS

No ano letivo de 2025, espera-se que a rede sustente o trabalho com os temas explorados no Planejamento Pedagógico em 2024, que eram: 1) Família, Sociedade, Cidadania e Direitos Humanos; 2) Cultura, Esporte e Lazer na Escola; 3) Educação Empreendedora e financeira. A abordagem desses temas deve ser feita de maneira integrada, alinhada aos objetos de conhecimento revistos para cada ano escolar. Eles precisam ser abordados no currículo municipal atrelados aos objetos de conhecimento e direitos de aprendizagem, como prevê a Referencial Curricular elaborado em 2018.

Além disso, no corrente ano, três temas emergiram como prioritários, visando atender às demandas socioeducativas mapeadas na rede e retroalimentada pelas legislações vigentes, a saber: “Educação Alimentar e Nutricional, “Contribuições, vivências e conquistas femininas nas diversas áreas” e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Nas próximas linhas, delinearemos a proposta pedagógica com alguns elementos para ajudar as escolas da rede a pensar projetos e outras ações no âmbito da prática.

I TRIMESTRE:

Tema: Educação alimentar e nutricional.

Justificativa:

A escola é um espaço de cuidado e proteção que deve pensar na integridade física e intelectual dos estudantes. Além disso, prover suas necessidades biológicas, no período em que estão na escola, entre as quais, a alimentação saudável, considerando as proporções e qualidade nutricional necessárias para o pleno funcionamento do corpo. Essa é uma das preocupações do Programa Nacional de



Alimentação Escolar (PNAE)¹ que, enquanto eixo fundamental para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, investe no emprego da limentação saudável e adequada,

[...] compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis; desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional; o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social. (Brasil, 2025).

A escola deve não apenas ofertar merenda saudável e de qualidade, como também precisa abordar esse tema na sala de aula, posto que a Lei nº 13.666, de 2018, alterou a LDB “para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar”. Por tudo isso, e considerando que muitos dos estudantes que chegam à escola passam por vulnerabilidades socioeconômicas que implicam na alimentação e, por consequência, na saúde e disponibilidade para aprender, é urgente pensar-fazer ações que discutam essas questões e culminem na mudança de hábitos.

Proposições gerais para o trabalho com o tema:

→*Definição de estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis.*

Ações de educação alimentar e nutricional e a adoção de práticas criativas de incentivo ao consumo de alimentos mais saudáveis devem ser desenvolvidas no âmbito escolar, orientando e incentivando sua comunidade aos aspectos relacionados à promoção da saúde e prevenção de doenças. Essas ações podem contribuir para uma vida mais saudável e para a prevenção das doenças veiculadas por alimentos (obesidade, hipertensão, diabetes mellitus tipo 2, doenças cardiovasculares, câncer) e para o controle das carências nutricionais, como a anemia por deficiência de ferro, a deficiência de vitamina A, etc. A identificação de uma pessoa que faça a interlocução, assumindo e facilitando esse processo, junto

¹ Saiba mais sobre na página do FNDE: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>.



aos demais membros da comunidade escolar, é fundamental para garantir a execução do mesmo. Na escola, os Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, podem desempenhar importante papel neste sentido. Os produtores e fornecedores de alimentação no ambiente escolar devem estar conscientes da sua responsabilidade com a saúde das crianças, pois normalmente são as únicas opções de alimentação no local. É importante formar e fomentar parcerias também fora do espaço institucional da escola, com ONG's, empresas e outras instituições que possam contribuir com o processo.

→Reforçar a abordagem da promoção da saúde e da alimentação saudável nas atividades curriculares da escola.

A escola é um espaço ideal para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da alimentação saudável e prática de atividade física. Assim, a inserção desses temas como componentes transversais aos currículos do ensino infantil e fundamental pode dar sustentabilidade às iniciativas de educação em saúde. Os alunos devem ser estimulados a discutir os benefícios e os riscos à saúde de suas escolhas alimentares.

→Desenvolver estratégias de informação às famílias dos alunos para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, enfatizando sua co-responsabilidade e a importância de sua participação neste processo.

As famílias devem ser informadas das estratégias desenvolvidas pela escola para a promoção da alimentação saudável, incluindo as mudanças propostas para os serviços de alimentação da escola, de forma a participarem ativamente deste processo. Assim, passam a incorporar o tema no seu dia a dia, agindo como importantes aliados no processo e contribuindo para a modificação dos hábitos alimentares das crianças. A escola deve promover atividades e encontros onde toda a família possa discutir e aprender sobre a promoção da alimentação saudável.

→Sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis, adequando os locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação e garantindo a oferta de água potável.



Os locais de produção e fornecimento de refeições devem adotar procedimentos que visem à segurança sanitária dos alimentos ofertados aos escolares. Questões referentes ao abastecimento de água potável, às instalações, equipamentos e utensílios, ao manejo de resíduos, ao controle de pragas e roedores e ao fluxo de preparo devem fazer parte da formação dos manipuladores dos alimentos e estar sob responsabilidade de pessoa capacitada. Para isso, é importante que a legislação sobre as Boas Práticas de Fabricação de Alimentos seja de conhecimento dos que trabalham com alimentação na escola e que sejam criadas condições para a adequação dos espaços e dos seus procedimentos à RDC 216/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, além de garantir-se o acompanhamento desse processo.

→Restringir a oferta, a promoção comercial e a venda de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sal.

Os locais de produção devem restringir a oferta de alimentos e refeições com alto teor de açúcares, gorduras saturadas, gorduras trans e sódio, pois o consumo excessivo está comprovadamente associado ao risco de desenvolver doenças crônicas não transmissíveis. Os responsáveis pela alimentação na escola devem ser capacitados para compreender o alcance das modificações propostas, enfrentando o desafio de preparar e oferecer alimentos mais saudáveis. São considerados alimentos não saudáveis: balas; pirulitos; gomas de mascar; biscoitos, principalmente os recheados; refrigerantes; sucos artificiais ou adoçados; frituras como risoles, pastéis e coxinhas; maionese; salgados com salsichas e presuntos/apresentados; salgadinhos de pacote; pipocas industrializadas e outros com o perfil acima descrito. Além de ser restringida a oferta, também deve ser proibida a publicidade desses produtos no ambiente escolar. Para apoiar as ações referentes a este passo, pode-se utilizar as informações nutricionais da rotulagem de alimentos, trabalhando ações educativas nessa temática com toda a comunidade escolar, além dos dados da Tabela Brasileira de Composição de Alimentos (TACO).

→Desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola.

Existem vários alimentos considerados mais saudáveis que podem ser introduzidos na alimentação na escola: sanduíche natural sem maionese, frutas in natura, salada de frutas, sucos naturais, industrializados (com mais de 50% de



polpa), suco à base de soja, salgados assados, vitaminas de frutas, preparações culinárias com verduras cozidas, bolos simples enriquecidos com verduras ou frutas, iogurte e bebidas lácteas, além de preparações e alimentos regionais como tapioca, beiju, cuscuz, canjica, milho verde, biscoitos de polvilho, broas, etc. O desenvolvimento de receitas saudáveis com esses alimentos deve ser estimulado, reduzindo-se as quantidades de gordura, açúcar e sal nessas preparações. Diante da variedade de alimentos que podem ser introduzidos, é interessante realizar diagnóstico junto aos alunos e usuários dos serviços de alimentação na escola, para conhecer os alimentos saudáveis de sua preferência, visando adequar a oferta de preparações e estimular práticas mais saudáveis, baseadas em hábitos regionais.

→Aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras, com ênfase nos alimentos regionais.

As frutas, legumes e verduras são alimentos essenciais para a saúde e são abundantes no Brasil. As regiões brasileiras têm riqueza e variedades incalculáveis desses alimentos. A formação de hortas e pomares escolares e/ou comunitárias é estratégia que facilita o acesso a esses alimentos, além de ser um excelente instrumento de atividades didáticas, complementação de renda, participação e mobilização social, entre outras vantagens. Para a consecução dessa atividade, ressalta-se também a importância do estabelecimento ou fortalecimento de parcerias interinstitucionais.

→Auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis por meio de estratégias que estimulem essas escolhas.

Sabe-se que a propaganda tem um estímulo muito forte e poderoso, muitas vezes determinando o consumo alimentar. Nesse sentido, a propaganda dos alimentos mais saudáveis deve ser estimulada e realizada, de forma criativa e interessante para a percepção das crianças, facilitando e estimulando o consumo de novos alimentos pelos escolares e demais membros da comunidade escolar. A criação de um espaço próprio para divulgar informações relacionadas à alimentação e nutrição propicia o interesse dos alunos e favorece a adesão da comunidade escolar. Com a participação de toda a comunidade escolar, podem ser adotadas estratégias como a criação de uma rádio escolar, murais interativos, peças de teatro temáticas e outras atividades lúdicas.



→*Divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências.*

Boas iniciativas e seus resultados devem ser divulgados, no intuito de possibilitar a criação de uma rede de escolas com propostas e projetos semelhantes, favorecendo a troca de informações sobre saúde, alimentação e nutrição que possam dar suporte e continuidade ao trabalho implementado.

Sugestões de culminância:

- Feira de Ciências: Alimentação Saudável.
- Semana de sensibilização para o consumo de alimentos saudáveis.

II TRIMESTRE

Tema: Contribuições, vivências e conquistas femininas nas diversas áreas.

Justificativa:

Abordar as questões de gênero no currículo escolar surge como uma demanda urgente, sobretudo quando se tem em mente que o país ainda ostenta números assustadores de violências contra as mulheres, mesmo com tantas conquistas nos últimos tempos, como a Lei Maria da Penha e as políticas que visam equidade nas relações trabalhistas, políticas e sociais entre homens e mulheres. Essa realidade não é diferente de Oliveira dos Brejinhos, onde cotidianamente, ouve-se casos de agressões físicas e psicológicas.

Apesar de tudo isso, é preciso reconhecer que as mulheres tem ocupado uma posição de luta, o que deve ser ressaltado e se converter em força para a promoção de práticas educativas que abordem as experiências e as perspectivas femininas de forma integrada ao currículo municipal, como previsto na Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. O parágrafo único da referida Lei destaca que:

As abordagens a que se refere este artigo devem incluir diversos aspectos da história, da ciência, das artes e da cultura do Brasil e do mundo, a partir das experiências e das perspectivas femininas, de forma a resgatar as contribuições, as vivências e as conquistas femininas nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política." (Brasil, 2024).



Com isso, o que se espera e abordar o quadro de violências e ódio contra as mulheres (misoginia), claro, mas não ficar nele. É preciso ir além e abordar a face que pouco se observa, que é a sua resistência e conquistas, o amor aos feminismos (filoginia), bem como suas vivências. É essa abordagem que esperamos que cheguem a todas as etapas de escolarização da rede municipal de ensino.

Proposições gerais para o trabalho com o tema:

→Apresentar o tema a partir de experiências concretas

Os conflitos que vivenciamos na sociedade aparecem nas relações escolares (brincadeiras, rodas de conversa, na sala de aula, etc.) e precisamos estar atentos para problematizá-los. Na abordagem do tema, é importante que a escola parta de situações concretas, adequadas a cada etapa escolar, para que as crianças, jovens e adultos percebam que não estamos falando de um tema longe daquilo que eles veem e fazem. Essa é uma ótima oportunidade para apresentar conceitos como filoginia (amor e respeito para com as mulheres) e desconstruir ideias cristalizadas, como aquelas que nos dizem que há brinquedos e brincadeiras específicas para meninos e meninas, ou que a mulher deve cuidar apenas do lar enquanto os homens saem para trabalhar e sustentar a família.

→Organizar projetos e sequências didáticas com atividades lúdicas e prazerosas

É importante que o tema seja trabalhado de maneira prazerosa, com atividades que envolvam os estudantes e toda a comunidade escolar. Por isso, a pedagogia de projetos é a mais apropriada, vez que permite o trabalho interdisciplinar e prevê momentos que podem durar de uma semana a um mês ou mais. A exploração de filmes, vídeos, livros literários, atividades de leitura e produção de textos de diferentes gêneros, organização de peças teatrais e desenvolvimento de trabalhos artísticos favorecem a compreensão das questões ora apresentadas, além de oportunizarem o desenvolvimento de direitos de aprendizagem (Educação Infantil), competências e habilidades (Ensino Fundamental e EJA).

→Valorizar as vozes de mulheres e as experiências de representações nacionais, regionais e locais



Para o alcance dos resultados esperados, em consonância com o previsto na Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, é importantíssimo resgatar e valorizar as vivências e as conquistas femininas nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política. Nesse sentido, é salutar buscar representações nacionais e regionais, mas sobretudo as locais, na pessoa de mulheres que se destacam nas comunidades. Rodas de conversa, entrevistas, a construção de murais e aulas de campo podem servir como instrumento e metodologias para resgate de histórias que inspiram.

Sugestão de culminância:

- Realização de sarau ou mostra com as produções dos estudantes.

III TRIMESTRE

Tema: Aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira.

Justificativa:

O Brasil possui tradições artístico-culturais bastante diversas, tendo em vista a variedade de grupos étnicos que contribuíram para a sua formação, dos povos originários àqueles que foram trazidos, inicialmente, à força, mas que resistiram e deixaram a sua marca na dança, cultura, vocabulário e tantas outras dimensões da cultura brasileira.

Compreender o processo de formação do país implica reconhecer que a identidade nacional tem suas raízes na história e cultura afro-brasileira e indígena. Abordar essas questões em sala de aula é compromisso da escola, como assevera a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Com esses debates, pouco a pouco, os agentes escolares reforçam a cultura da paz e do respeito, em colaboração com a família e outras instituições sociais, com o intuito de acabar com os preconceitos que ainda se fazem presentes em nosso meio e fortalecer o sentimento de pertença nacional, de forma consciente, crítica e responsável.

Proposições gerais para o trabalho com o tema:

→ *Organizar projetos e outras situações de ensino e aprendizagem*

É importante que as escolas apresentem a temática para os estudantes de forma atrativa. Ao longo das etapas do projeto ou da sequência didática, devem



explorar textos de diversos gêneros, obras fílmicas, letras de música, obras de arte etc. que permitam que os estudantes entendam a importância dos povos indígenas e afro-brasileiros para a formação da identidade nacional, em suas múltiplas roupagens: dança, música, culinária, vocabulário, vestimentas, etc. Além de conhecer, podem e devem experienciar culturas através da dança, do artesanato, da produção e experimentação de práticos típicos, etc.

→ *Expressar aprendizagens construídas através das várias linguagens*

Além de acessar diferentes suportes e fontes para conhecerem a história e cultura afro-brasileira e indígena, os estudantes devem expressar os conhecimentos construídos por meio de apresentações teatrais, produções textuais, pinturas, desenhos, etc., considerando, por exemplo, padrões geométricos utilizados por povos indígenas em suas artes.

→ *Conhecer e reconhecer a diversidade étnico-racial em nossa terra, nossa gente.*

É salutar que os estudantes conheçam a história e os feitos de personalidades negras e indígenas brasileiras, porém é importante voltar o olhar para o local em que vivemos, considerando que o município tem um sítio arqueológico e tradições culturais que têm sua origem no modo de viver e nas lutas dos dois grupos étnicos em pauta.

Sugestão de Culminância:

- Feira de conhecimentos afro-brasileiros e indígenas;
- Sarau cultural.

4. PROCESSOS AVALIATIVOS

A concepção de avaliação que vem orientando o trabalho das Unidades Escolares da Rede Municipal está ancorada em duas importantes dimensões da avaliação da aprendizagem: A dimensão qualitativa como processual emancipatória, contínua e investigativa. Processual, por acompanhar todo o desenvolvimento das aprendizagens durante a trajetória escolar do estudante; emancipatória, por fortalecer o desenvolvimento da autonomia do estudante sobre a sua aprendizagem e a consciência sobre os conhecimentos construídos e por construir; contínua, por



acontecer durante todo o processo de ensino e da aprendizagem; investigativa por identificar as aprendizagens construídas pelos estudantes e aquelas por construir.

O processo de ensino e da aprendizagem exige acompanhamento. Entende-se que nem sempre o que é ensinado é aprendido pelos estudantes, no tempo planejado. As interações com o meio, com professores e pares, na própria unidade escolar ou fora dela podem possibilitar a construção de conhecimentos fora dos tempos definidos.

Os professores precisam fazer o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes, identificando o que já sabem e o que ainda não sabem para a realização de intervenções pedagógicas que possibilitem o avanço na aprendizagem. De caráter investigativo, processual, contínuo, cumulativo e emancipatório, contemplando as dimensões qualitativas e quantitativas.

Enquanto dispositivo pedagógico, a avaliação deve estar a favor da aprendizagem para subsidiar os professores com informações que orientem o planejamento, as intervenções pedagógicas e o acompanhamento. Partindo dessa premissa, orienta-se que seja realizada uma avaliação diagnóstica da aprendizagem dos estudantes, nas três primeiras semanas de aula, em todos os Componentes Curriculares, a partir das habilidades e competências requeridas para o ano de escolaridade. Para tanto podem ser utilizados instrumentos específicos ou atividades como jogos pedagógicos, rodas de conversas, estudo dirigido, oficinas, produção textual, entre outras. Os resultados da avaliação diagnóstica darão aos professores um mapa do nível de aprendizagem de cada estudante e da turma para a tomada de decisão sobre o que precisa ser planejado e realizado para assegurar a aprendizagem deles/as.

4.1 Avaliações Externas

A partir da considerável importância atribuída às avaliações externas: Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE, o Governo do nosso município, por meio da Secretaria Municipal de Educação, comprometidos em ofertar sempre, a educação de qualidade, implanta o **Projeto Avalia Brejinhos** para implementar a cultura de avaliação voltada para aprendizagem, fortalecer ação/reflexão de docentes e discentes e subsidiar novas pesquisas e a implantação de ações que tomem como referência o contexto escolar,



social, cultural, as necessidades educacionais dos estudantes, focando na qualidade, eficiência e equidade. São elas:

- Início do planejamento de ações, com os professores, na Jornada Pedagógica;
- Análise e leitura das escalas de proficiência de cada escola;
- Oficina de produções de itens, com base nos descritores, antes do simulado;
- Aplicação do diagnóstico socioeconômico e pedagógico para os alunos do 5º e 9º ano. (Havendo a inclusão destes, englobaremos a todos os alunos da escola);
- Realização de Aulão do SAEB, por trimestre, para os alunos dos 5º e 9º anos (Acontecerão em ano de Avaliação Externa);
- Aplicação bimestral de simulado com os alunos dos 2º, 5º e 9º anos, em ano de Avaliação e trimestralmente quando não para toda a escola;
- Análise e apresentação dos dados obtidos no Simulado;
- Produção de relatório por trimestre no final de cada unidade por escola;
- Encontros/Oficinas com profissionais especializados (Psicólogos, Psicopedagogos entre outros);
- Manutenção das Atividades Complementares, em contra turno, visando superar as dificuldades de aprendizagem, inclusive superando as deficiências do processo de alfabetização, além da promoção de atividades artísticas culturais e esportivas.

4.2 Sistema de Avaliação Baiano da Educação – Sabe

O Governo da Bahia, por meio da Secretaria da Educação do Estado, criou o Sistema de Avaliação Baiano da Educação – SABE que tem como finalidade avaliar o desempenho dos estudantes da rede estadual e das redes municipais produzindo indicadores educacionais e informações sobre o desempenho dos estudantes.

O SABE pretende implementar uma cultura de avaliação, voltada para aprendizagens que fortaleçam ações/reflexões de docente e discente e subsidiem novas pesquisas e a implementação de programas e ações que tomem como referência o contexto escolar, social, cultural e as necessidades educacionais dos estudantes. Os estudos permitirão também correlacionar os níveis de aprendizagem com as metodologias de ensino utilizadas. O Gestor de Oliveira dos Brejinhos,



através da Secretaria Municipal de educação pensando avaliar a aprendizagem dos alunos da rede pública de ensino, fez adesão junto ao Estado com a finalidade de, após aplicação, elaborar indicadores para melhorar desempenho.

4.3 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA- SAEB

A SAEB é um dos indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal levantamento sobre a qualidade do ensino no Brasil, identificando fatores que podem interferir no desempenho dos estudantes. Alguns objetivos do Saeb são: oferecer subsídios para elaboração de políticas públicas; identificar problemas e desigualdades na educação, fornecendo informações sobre o contexto econômico, social e cultural que influenciam o desempenho dos estudantes. O público alvo do SAEB iniciou com os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental I, mas já preveem a possibilidade para avaliações de todas as turmas do Fundamental.

5. ORGANIZAÇÃO DO ENSINO DA REDE

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96, a Educação Básica compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. As suas modalidades são: educação especial, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação indígena, educação do campo. A Rede Pública Municipal atende alunos, das seguintes etapas de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais e a Modalidade: Educação de Jovens e Adultos –EJA, trabalhada como Política, com vistas a sanar o analfabetismo que ainda é grande de acordo dados do IBGE.

5.1 AÇÕES DIDÁTICAS:

Planejamento

O planejamento faz parte do cotidiano dos sujeitos e é uma atividade inerente ao ser humano, contribuindo para a consecução de objetivos a curto, médio e longo prazo. Com a prática pedagógica acontece da mesma forma, ela requer uma



intencionalidade, considerando os conhecimentos que o estudante possui e aqueles definidos para cada etapa e modalidade da educação básica.

No momento para elaboração do Plano de Área, Plano de Curso, Plano de Unidade e Plano de Aula, vale ressaltar a importância da utilização dos instrumentos disponibilizados para organização do trabalho pedagógico, na adequação das Competências e Habilidades exigidas para o Ano/Série e apropriação dos conhecimentos pelos/as professores/as e estudantes.

Para o ano letivo de 2025, temos que considerar no planejamento, o compromisso com a formação para uma cidadania plena, em que saberes dos diversos campos do conhecimento deverão somar para o desenvolvimento integral dos alunos, levando em consideração as competências comuns e específicas a serem desenvolvidas, portanto, deve ser elaborado à luz da BNCC(2017), LDB(1996).

No momento de planejamento da Atividade Complementar – AC deve acontecer de forma individual e coletiva. Individualmente, para organização interna do trabalho (definição de estratégias metodológicas, redimensionamento de conteúdos, instrumentos e critérios de avaliação, etc.) e, coletivamente, para alinhamento entre os componentes curriculares, socialização de práticas significativas e fortalecimento do trabalho em equipe.

5.2 METODOLOGIA DE ENSINO

Metodologia é uma palavra que deriva de “método”, do latim *metodus*, cujo significado é o “caminho para realização de algo”. Sendo assim, método é o processo para se atingir um determinado fim ou para se chegar ao conhecimento. Reconhecida pela sua importância no processo de ensino e da aprendizagem, a metodologia é a parte da pedagogia que se ocupa diretamente da organização da prática pedagógica. Com base nesse entendimento, recomendamos o uso de diversas estratégias metodológicas para favorecer a aprendizagem dos/as estudantes, nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tais como:

- Aprendizagem baseada em problemas; centros de interesses.
- Aulas de campo.
- Trabalhos em grupos operativos.
- Projeção de filmes.



- Atividades artísticas, culturais e desportivas.
- Leitura dirigida.
- Exposição participada.
- Debates.
- Seminário.
- Oficinas.
- Rodas de conversa.
- Jogos educativos, entre outros.

5.3 FORMAÇÃO DOCENTE

O desenvolvimento do processo educativo está alicerçado em um importante e fundamental pilar, que é a formação continuada para os profissionais da Educação, pois é através dela que eles são sensibilizados, motivados e preparados para atuar junto aos estudantes, para que as aprendizagens requeridas sejam construídas e consolidadas. Nessa perspectiva, teremos encontros pedagógicos para formação continuada com todos os gestores, coordenadores e professores da rede municipal.

Destaca-se o espaço da AC que é o lócus fidedigno da formação continuada de professores nas escolas, e é por meio da mediação pedagógica conduzida por Coordenadores Pedagógicos, junto aos professores, que os estudos e reflexões devem ganhar corpo e materializar a adoção de práticas pedagógicas mais interdisciplinares e focadas nas aprendizagens dos estudantes.

Para o ano de 2025 pretende-se realizar formação continuada com professores e demais funcionários da rede municipal com o objetivo de estimular e melhorar o ensino aprendizagem.

Nesse sentido, busca-se entender as necessidades da equipe escolar, travar um diálogo com diretores/coordenadores / professores para mensurar quais os critérios e ações que serão realizadas, com o objetivo de conseguir fazer investimentos estratégicos para melhorar o desempenho dos professores, dos alunos e dos resultados das escolas. Pois, as inovações constantes no campo da ciência requerem cada vez mais um processo de aquisição permanente de novos conhecimentos.



Para essa finalidade será realizada: oficinas pedagógicas, debates que se desdobre em ações práticas junto aos professores na perspectiva de trocas de experiências, práticas e vivências esportivas, recreativas, e culturais centradas na experiência e valores, palestras sobre diferentes temas, criar grupo de estudo para revisitar a BNCC e o Referencial Curricular Municipal, bem como incentivar para utilizarem a plataforma do AVAMEC – e do FNDE – Formação Pela Escola.

5.4 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

No desenvolvimento de sua prática pedagógica, o professor deve acompanhar a aprendizagem dos alunos envolver e compartilhar informações sobre o processo da aprendizagem no que se refere ao estágio de construção de conhecimentos em que se encontram. Esse acompanhamento deve ser realizado pelo docente ao longo de todo o ano letivo de 2024, possibilitando a retomada de percurso quando necessário, com o propósito de afiançar a intencionalidade pedagógica, ou seja, a aprendizagem dos estudantes.

Para que haja um acompanhamento pedagógico sistemático faz-se necessário a elaboração de registros escritos que possam apoiar o professor na tomada de decisão sobre o planejamento e a intervenção pedagógica. Temos o tempo pedagógico distribuído em 03 unidades letivas justamente para ampliar a consolidação das aprendizagens e qualificar o acompanhamento.

PLANO DE AÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2025 EDUCAÇÃO INFANTIL

APRESENTAÇÃO

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, ela é a base para o desenvolvimento integral do ser humano. Para isso, é necessário compreendermos as necessidades da criança, estimulá-la e, acima de tudo, contribuímos para que ela se desenvolva harmonicamente, guardando para a vida adulta uma imagem positiva de si mesma. Visto que, é difícil para um adulto ser



feliz, se na sua infância lhe for negado o amor e o direito de poder se desenvolver dentro de uma instituição escolar, com todas as condições que a lei lhe assegura.

A Educação Infantil assume atualmente um papel fundamental na vida da criança, uma vez que, tem aumentada a responsabilidade social da Instituição Infantil, tendo em vista os desafios do mundo contemporâneo na construção desses pequenos e futuros cidadãos, que deverão tornar-se conscientes de suas responsabilidades para com o mundo, permitindo o exercício ativo de sua cidadania.

Nesse sentido, não se pode improvisar as ações que nortearão todo esse processo educativo. É imperativo, portanto, que todas as ações sejam planejadas de forma conjunta e articuladas, sendo esta a maior função do coordenador pedagógico, no sentido de minimizar as possíveis dificuldades apontadas no processo educativo, possibilitando que a Educação infantil cumpra sua missão, diante das exigências da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) que é o documento que orienta o processo educacional.

Sendo assim, pensando no bem-estar das crianças de 1 a 5 anos e em todos os aspectos importantes para o seu desenvolvimento não apenas intelectual, mas também físico, emocional, social e cultural, a Secretaria Municipal de Educação faz um novo Reordenamento, criando turmas de creches e turmas de tempo integral, pois é fundamental e importante que a questão da multidimensionalidade seja realizada em todos os aspectos do ensino- aprendizagem.

Nessa perspectiva, em sua proposta, a Educação Infantil busca priorizar os direitos de aprendizagem do educando, propostos pela BNCC (2017), a citar:

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das



brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Na Educação Infantil é contemplado os campos de experiência:

- **O Eu, o Outro e o nós**: que desenvolve a construção da identidade infantil a partir das relações estabelecidas consigo e com o outro, a partir das interações e do diálogo;
- **Corpo, Gesto e Movimento**: que desenvolve a consciência do corpo, a sua expressão, a integração das diferentes linguagens e movimentos e sua importância para a formação da criança, que, nessa fase, usa do movimento como forma também de explorar e se apropriar do espaço;
- **Traços, sons, cores e formas**: que desenvolve, por meio das potencialidades artísticas, a capacidade de criação, de imaginação, de observação e diferenciação do mundo;
- **Linguagem, fala, pensamento e imaginação**: que desenvolve a capacidade de interação e comunicação da criança, a sua compreensão do universo, sua imaginação, a troca de experiências, pelo diálogo com o outro;
- **Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações**, que partindo da capacidade de observação e raciocínio lógico e aproveitando a curiosidade e a capacidade investigativa da criança, a insere no universo das ciências e da matemática, ajudando-a a compreender o funcionamento da natureza e suas transformações, bem como a lidar com quantidades, aprendendo as



noções básicas como adicionar e tirar e proporção, expressa nesse momento, a partir de conceitos como altura, largura.

Nesse contexto, não se pode deixar ao acaso as ações que guiarão esse processo educativo. As atividades propostas à criança precisam ser cuidadosamente planejadas e organizadas. É fundamental que a criança tenha tempos e espaços adequados para se manifestar, e o professor deve estar disposto a observar as reações dela, que sempre serão singulares e individuais. Em síntese, é fundamental que as práticas do professor estejam alinhadas com as necessidades e os interesses da criança, de modo que a vivência se converta em uma experiência significativa e verdadeiramente possua um propósito educacional.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Oliveira dos Brejinhos, cumprindo com sua missão de cuidar e educar concretiza o seu plano de ação pedagógica, por considerar que este permite traçar caminhos para a prática educativa, no qual podemos definir objetivos e propor meios para que estes possam ser atingidos, durante o ano letivo de 2025, em todas as escolas de Educação Infantil do nosso Município, prevendo o futuro e propondo soluções práticas para os problemas que, certamente, surgirão no decorrer do caminho. Vale ressaltar que este plano é flexível, podendo ser alterado de acordo com as necessidades reais da instituição e de toda clientela nela atendida.

PÚBLICO ALVO: Gestores escolares, Professores, alunos, pais e demais funcionários.

ETAPA DE ESCOLARIZAÇÃO: Creche (1 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos).

FAIXA ETÁRIA: 1 a 5 anos.

OBJETIVO GERAL:

Propor ações estratégicas com impacto direto no processo de ensino-aprendizagem, oferecendo subsídios para o acompanhamento e melhoria do processo educativo.

PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Objetivos	Ações	Período	Envolvidos	Resultados
-----------	-------	---------	------------	------------



Específicos				Esperados
Qualificar o trabalho do Orientador Pedagógico das escolas.	Mapeamento das demandas formativas do CPs, considerando o contexto da prática; Realização de encontros formativos para estudo de temas necessários ao aprimoramento pedagógico e administrativo.	Durante todo o ano letivo.	Secretaria de Educação e Supervisores Pedagógicos.	Melhorar o desempenho dos Orientadores Pedagógicos junto ao corpo docente e frente à gestão pedagógica dos resultados.
Melhorar qualidade de ensino nas unidades escolares.	Promoção da formação continuada dos professores; Estímulo à participação nos momentos de planejamento individual e coletivo nas escolas.	Bimestral Semanal	Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares, orientadores pedagógicos e professores.	Aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos dos professores; Melhor desenvolvimento profissional dos educadores e, por consequência, da qualidade da educação; Aprimoramento de habilidades pedagógicas e conhecimentos específicos.
Fortalecer a relação e a cultura do diálogo entre família e escola.	Criação de canais de comunicação regulares e acessíveis, como reuniões periódicas, telefonemas, aplicativos de mensagens. Mobilização dos pais para efetiva participação nos eventos e conselhos escolares.	Semanal	Gestão escolar, orientadores pedagógicos, professores e pais/responsáveis	Maior envolvimento das famílias na vida escolar dos alunos; Participação ativa dos pais na tomada de decisões; Redução dos problemas de cunho socioeducativo.
Reduzir os conflitos socioemocionais e as desigualdades.	Mapeamento da realidade socioeducativa (desafios e potencialidades);	Semanal	Comunidade Escolar.	Definição, implementação e organização dos projetos na comunidade escolar;



	<p>Desenvolvimento de projetos lúdicos alinhados às demandas, à diversidade cultural, contribuindo para a formação de valores, a inclusão e o respeito às diferenças;</p> <p>Criação de um ambiente físico e emocional acolhedor.</p>			<p>Melhoria nas relações escolares;</p> <p>Experiências de aprendizagem ricas e significativas;</p> <p>Evidência de práticas inclusivas alinhadas ao princípio do respeito às diferenças.</p>
Organizar o plano de curso alinhado às necessidades de aprendizagem dos estudantes.	<p>Organização de indicadores de aprendizagem para a Educação Infantil;</p> <p>Construção e avaliação contínua dos Planos de Curso alinhados ao currículo da Educação Infantil.</p>	Trimestral	Gestão, coordenação e professores.	Aprendizado dos bebês e crianças.
Fortalecer a cultura de acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas.	<p>Reuniões de Supervisores para estudo de temas relevantes para o aprimoramento pedagógico e administrativo;</p> <p>Realização de visitas de acompanhamento às Unidades Escolares e às salas de aula;</p> <p>Análise do plano de aula e caderno de planejamento dos professores (durante a visita);</p> <p>Acompanhamento e monitoramento do desempenho dos orientadores pedagógicos nas escolas;</p> <p>Envio de feedback que implique na melhoria do trabalho.</p>	Bimestral	Supervisores Pedagógicos.	<p>Visitas técnicas com propósitos e efeitos bem definidos;</p> <p>Progressão escolar e melhoria do desempenho dos agentes de formação e dos estudantes;</p> <p>Aprendizagem de qualidade.</p>
Fortalecer as Atividades	Realização de encontro semanal	Semanal	Orientadores Pedagógicos e	Organização do trabalho docente.



Complementares-ACS	com professores para planejamento, organização, avaliação da prática pedagógica e momentos de estudos.		professores.	
Acompanhar os professores nas ações pedagógicas.	<p>Acompanhamento, junto à coordenação escolar, da realização das atividades pedagógicas, bem como da participação dos alunos e realizando intervenções quando necessário;</p> <p>Visitas nas salas de aula para acompanhar a dinâmica pedagógica e a interação professor-aluno, procurando ajudá-los nas dificuldades, caso necessitem;</p> <p>Acompanhamento do desempenho dos alunos através de registros;</p> <p>Orientação e acompanhamento do preenchimento dos diários de classe e relatórios.</p>	Diário	Gestão escolar, Orientadores Pedagógicos e professores.	Garantia da aprendizagem dos alunos, pelo cumprimento do currículo e da carga horária, de acordo com as ações e intervenções planejadas.
Intensificar as práticas leitoras e o brincar no currículo da Educação Infantil.	<p>Estímulo à criação de uma rotina que favoreça a promoção de práticas leitoras e o brincar.</p> <p>Criação e monitoramento dos cantinhos de leitura e do brincar com propósito social.</p>	Semanal	Gestão escolar, Orientadores Pedagógicos, professores e demais profissionais da escola.	<p>Desenvolvimento da linguagem, concentração, memória, raciocínio, imaginação, criatividade e socialização.</p> <p>Garantia do brincar e de situações de leitura alinhadas às práticas sociais.</p>
Combater a evasão escolar, garantindo o direito de acesso à educação.	Realização da busca ativa sempre que necessário, por meio de visitas domiciliares, ligações	Diário	Gestão escolar, Orientadores Pedagógicos, professores e funcionários.	Garantia do acesso à educação e prevenção do abandono escolar.



	telefônicas e contatos pelo whatsapp.			
Aumentar a matrícula na Educação Infantil	<p>Garantir que as matrículas das crianças nas Unidades de Educação Infantil de Ensino sejam realizadas na etapa correspondente à sua idade, tendo como data base o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, Conforme Conselho Nacional de Educação (CNE);</p> <p>Buscar métodos que façam com que o número de matrículas e rematrículas cresçam, focando em uma educação de qualidade e um ambiente propício para o desenvolvimento das crianças.</p>	Durante o ano letivo.	Secretaria M. de Educação, equipe gestora.	Aumento significativo das matrículas e do atendimento em escolas e creches com qualidade e equidade em todas as etapas e modalidades de ensino.

ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

APRESENTAÇÃO

Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental referem-se ao primeiro ciclo do Ensino Fundamental de nove anos e possui cinco etapas, do 1ª ao 5ª ano, de acordo com o que ficou estabelecido na lei 11.274/2006 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), objetivando assegurar maiores oportunidades para a criança aprender de forma qualificada.

Dessa maneira, o ensino durante essa etapa torna-se extremamente importante na vida do sujeito, uma vez que o mesmo compreende o ciclo de Alfabetização, referindo-se aos 2 (dois) primeiros anos do Ensino Fundamental I e caracteriza-se como o processo de aquisição dos sistemas de escritas e das suas tecnologias. Onde o aluno, iniciará o processo de aprendizagem das



competências e habilidades necessárias para a prática da leitura e da escrita, na sua vida cotidiana. Práticas que também serão aprimoradas, juntamente com outros conteúdos, que serão ensinados respectivamente do 3^a ao 5^a ano desta etapa da Educação, abrangendo crianças de 6 (seis) à 10 (dez) anos de idade. Uma vez que a BNCC propõe como uma das suas competências que o aluno possa:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Competências que contribuem para com a melhor desenvoltura do sujeito, diante da sociedade. Podendo exercer os seus direitos, compreendendo e compartilhando informações necessárias para a vida. Por isso, é preciso garantir que todo o processo de Educação, não só na etapa dos Anos Iniciais, seja proporcionado com excelência e com o comprometimento de todos. Uma responsabilidade que tanto Supervisores como Coordenadores, parte colaboradora desse processo não pode deixar a desejar; visto que, têm como função acompanhar, monitorar, envolver todos os indivíduos, reunindo ideias e alternativas.

Dessa forma, os Anos Iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:

- ✓ a alfabetização e o letramento;
- ✓ o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, de Ciências, de História e de Geografia;
- ✓ a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo, e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.
- ✓ A alfabetização e letramento referem-se a um processo que se desenvolve ao longo da vida, contudo, visando o enfrentamento a cultura da reprovação e repetência, o



que se deseja garantir com o Ciclo de alfabetização centrado principalmente nos três primeiros anos do ensino fundamental, é possibilitar que essas crianças aprendam a ler e escrever com propriedade para que o fluxo e trajetória escolar sigam sem interrupções. Trata-se de uma etapa fundamental para o desenvolvimento e sucesso escolar das crianças.

JUSTIFICATIVA

Um dos principais objetivos da Educação, é contribuir para a aquisição e melhoria do processo de ensino-aprendizagem, na preparação e execução de aulas dinâmicas e lúdicas que ressignifiquem os conteúdos/ competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular e a realidade dos alunos. Ações que são bastante desafiadoras e necessitam de muito engajamento, por parte de alunos, professores e a gestão pedagógica para auxiliá-los e acompanhá-los durante todo esse processo.

OBJETIVO

PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS - 2025

OBJETIVO	AÇÃO	PERÍODO	ENVOLVIDOS	RESULTADO ESPERADO
Articular momentos com a família e corpo docente (escola);	Reunião de pais; Envolver os pais e nos eventos escolares.	Ao final de cada unidade.	Gestão, coordenação, professores e pais.	Maior envolvimento dos pais na escola; Participação dos pais nas discussões;
Realizar os conselhos de classe por unidade, compreendendo-o como instância de reflexão do fazer pedagógico.	Realização dos conselhos de classe.	Ao final de cada unidade.	Gestão, coordenação e professores.	Melhoria do acompanhamento dos alunos e intensificação das intervenções em vistas do conselho de classe.
Planejar e articular formação continuada da equipe docente.	Formação continuada para os orientadores e os professores	Durante todo o ano letivo.	Gestão, coordenação, professores.	Aprofundamento dos conhecimentos teóricos e que



				embasam a prática dos professores. Promovendo assim, um impacto positivo em toda a comunidade escolar.
Aplicar simulados preparatórios para as avaliações externas.	Grupo de estudos na escola; Atividades complementares no contra turno.	Durante o período que antecede as avaliações mensalmente e trimestralmente quando em ano oposto.	Gestão, coordenação, professores e alunos.	Maior desempenho nos resultados obtidos no sistema de avaliação da educação básica (Prova SAEB).
Oportunizar diferentes Saberes através de metodologias ativas.	Desenvolvimento de projetos e metodologias ativas.	Durante todo o ano letivo.	Comunidade escolar.	Definição dos projetos; Organização deles entre os docentes; Implementação dos projetos na comunidade escolar.
Criar ações que fomentem a leitura e a escrita dos discentes	Desenvolvimento de projetos de leitura e escrita, através de oficinas e atividade complementares.	Durante todo o ano letivo.	Coordenação, alunos e professores.	Proporcionar o desenvolvimento do intelecto e da imaginação, além de promover a aquisição de conhecimentos.
Promover atividades que desenvolvam empatia e respeito ao outro.	Desenvolvimento de projetos escolares.	Durante todo o ano letivo.	Coordenação, gestão, alunos e professores.	Melhoria nas relações escolares.
Melhorar o relacionamento entre os diferentes sujeitos da unidade.	Promoção de momentos de interação, por meio de encontros de festividades. Promover reflexões sobre empatia e relacionamento.	Durante todo o ano letivo.	Coordenação, gestão e professores.	Melhoria nas relações escolares;
Fortalecimento das ACS	Realização de encontro quinzenal com professores	Durante todo o ano letivo.	Coordenação, gestão e professores.	Organização do trabalho docente.



	para planejamento, organização e avaliação da prática pedagógica.			
Organizar o Plano de Curso	Seleção de saberes necessários à aprendizagem dos educandos.	Durante o ano letivo.	Coordenação, gestão e professores.	Garantia do aprendizado.
Busca ativa	Realização da busca ativa sempre que necessário, por meio de visitas domiciliares, ligações telefônicas e contatos pelo whatsapp.	Durante o ano letivo.	Coordenação, gestão e professores.	Garantia do acesso a educação e prevenção do abandono escolar.
Acompanhamento pedagógico e monitoramento das ações nas unidades escolares (cronograma)	Acompanhar junto a coordenação escolar a realização das atividades pedagógicas, bem como da participação dos alunos e realizando intervenções quando necessário.	Durante o ano letivo.	Coordenação, gestão e professores.	Garantia da aprendizagem dos alunos, pelo cumprimento do currículo e da carga horária, de acordo com as ações e intervenções planejadas.
Buscar parceria com outras secretarias e ONGs para atendimento especializado.	Auxiliar os discentes que necessitem de atenção especializada.	Durante o ano letivo.	Profissionais do NAMP Coordenação, gestão, professores, parcerias e alunos.	Garantia da aprendizagem dos alunos, pelo cumprimento do currículo e da carga horária, de acordo com as ações e intervenções planejadas.
Revisão PPP	Promover a revisão do PPP de cada unidade escolar.	Durante o ano letivo	Profissionais da escola, alunos e pais	Melhor desenvolver as ações da escola



EDUCAÇÃO DO CAMPO

PRINCÍPIOS HISTÓRICOS/CONCEITUAL

Reconhecer a Educação do Campo enquanto garantia de direito, implica acima de tudo, valorizar os movimentos da população do campo na conquista desse direito. Um processo marcado por desafios e conquistas na defesa pelo direito de garantir escolas públicas, de qualidade e alinhadas com o projeto de sociedade defendido pelos camponeses. As conceituações de povos do campo e escolas do campo, partem do Decreto 07/2010 (Ministério da Educação, 2010), a saber: § 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e.

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo (p. 10).

As marcas históricas apontam para o descaso do Estado brasileiro relacionado as propostas educacionais para os povos do campo. Dentre algumas delas, situa-se da década de 20 uma preocupação de sistematização da educação rural emergida diante do processo de industrialização que atraiu a população rural para a cidade. Fato este, que desencadeou preocupações com o inchaço das cidades bem como, o esvaziamento e consequente falta de mão de obra no campo. Daí, surge o primeiro movimento pela educação para os camponeses, conhecido como Pedagógico Ruralismo, que compreendeu o contexto de 1930 a 1940, tendo como objetivo preparar os filhos dos agricultores para continuar na produção agrícola, atendendo a ideologia hegemônica social que se preocupava com a ida dos camponeses para os centros urbanos. Neste contexto, vai se construindo a caracterização das cidades como espaços de desenvolvimento e o campo como caracterização do atraso.



Nesse processo de garantia de direito a educação pública, o município de Oliveira dos Brejinhos vem desenvolvendo ações de forma que atenda ao que preconiza os marcos legais para a educação do campo. Apesar do distanciamento geográfico, não se pode deixar de mencionar o esvaziamento da população do campo, fato este que vem se intensificando por meio de políticas públicas que contribuem de forma perversa para o êxodo rural, um cenário ainda presente de forma acentuada em função dos aspectos que envolve principalmente o descaso e negação de políticas acerca da reforma agrária, de políticas que garantam ao homem do campo continuar no campo.

Assim, dentro de uma proposta pedagógica que busque atender as especificidades da zona rural as Escolas do Campo buscará desenvolver suas atividades pedagógicas tendo em vista a proposta municipal de educação, como também buscará trabalhar pedagogicamente o que propõem os ODS's 02, 03, 04, 05, 06 e 08. Ou seja:

02 – **Fome zero e agricultura sustentável**: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

03 – **Saúde e bem-estar**: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

04 – **Educação de qualidade**: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

05 – **Igualdade de gênero**: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

06 – **Água limpa e saneamento**: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

08 – **Trabalho decente e crescimento econômico**: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Desta forma pretende-se trabalhar trimestralmente temáticas que possibilite a compreensão dos alunos (considerando idade/ano de escolarização) sobre os temas elencados, transformando-os em unidades didáticas a serem desenvolvidas trimestralmente, a saber:



PLANO DE AÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2025 ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

1 APRESENTAÇÃO

A etapa do Ensino Fundamental, Anos finais, se constitui em percurso significativo do desenvolvimento integral dos estudantes, por meio da progressão de suas aprendizagens, haja vista que, nesse processo, é possível consolidar as aprendizagens construídas nos Anos Iniciais e expandi-las, de forma dialógica, na interação entre teoria e prática, entre conhecimentos prévios e novos conhecimentos.

Esse processo de construção de conhecimento inicia-se no momento em que os estudantes chegam à escola, a partir da avaliação diagnóstica, que servirá, juntos aos documentos orientadores do ensino, como base para a construção do plano de curso, em cuja flexibilidade são possibilitadas as intervenções necessárias que garantirão o direito de aprender do educando, objetivo precípua da Secretaria de Educação do Município de Oliveira dos Brejinhos, quando, de forma criteriosa e comprometida, busca, por inúmeras ações e intervenções, promover a Educação Pública de Qualidade.

Desse modo, as quatro etapas que conduzem o processo ensino-aprendizagem, a citar: Diagnóstico, planejamento, intervenção e avaliação, são consideradas essenciais no ato de pensar cada ano letivo, tomando como centro de todo processo o nosso educando, a sua realidade socioeconômica, afetiva, educacional. Nesse sentido, mais do que apresentar e discutir diferentes objetos do conhecimento, forma-se pessoas capazes de agir e interagir, seja na vida cotidiana, seja como cidadão, seja ainda no seu ingresso no mercado de trabalho, quando se discute o projeto de vida dos educandos (no 9º ano do Ensino Fundamental).

Cabe mencionar que o contexto de pandemia impactou de forma complexa o percurso dos estudantes, e em Oliveira dos Brejinhos não foi diferente, o que provoca a secretaria a intervir no itinerário educacional, no sentido de encontrar caminhos para a recomposição dos saberes, a exemplo das Atividades Complementares já iniciadas em 2023 realizadas em contra turno, amparadas na flexibilização do currículo, por meio da base diversificada. Não obstante a isso, a relação família-escola torna-se um elemento singular, especialmente pela



importância do diálogo da escola, com a família e, por conseguinte, com a comunidade, o que fortalece e consolida o processo de aprendizagem.

Nesse sentido, o presente PLANO DE AÇÃO, vem apresentar, em total consonância com a proposta pedagógica oferecida pela SEMED, as propostas de ação e intervenção pensadas para o ano letivo de 2025, considerando a realidade observada nas escolas e as necessidades de aprendizagem observadas no decorrer do ano letivo de 2023 e 2024.

2 JUSTIFICATIVA

O ano de 2023 foi um ano considerado desafiador no contexto escolar, especialmente quando se acolheu os alunos que, após dois anos afastados do convívio escolar, da interação com colegas e professores, das experiências intra escolares, pode-se perceber o quanto a pandemia deixou lacunas no processo de aprendizagem, que comprometeu o desenvolvimento dos estudos. Foram observados alunos com dificuldades no aspecto socioemocional (crises de ansiedade, depressão, dificuldade de concentração...); no aspecto de aprendizagem, indicando a necessidade de recomposição de aprendizagens; no aspecto sociointeracional e disciplinar, com o aumento da indisciplina e de casos de agressividade; além do cuidado no atendimento aos alunos que apresentam necessidade especial de aprendizagem e das questões socioeconômicas que perpassavam a escola.

Diante dessas problemáticas, algumas intervenções foram realizadas nos anos de 2023 e 2024 a exemplo das Atividades Complementares, da readequação das aulas, atividades lúdicas e desenvolvimento de projetos que contribuíssem para a transformação da realidade, encaminhamento de alunos para setores de saúde que respondessem às problemáticas apresentadas. Nessa perspectiva, considerando a realidade educacional e o fato de o ano de 2025 ser um ano marcado pelas avaliações externas, a citar: PROVA SAEB, OLIMPÍADAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E OLIMPÍADAS DE MATEMÁTICA, entre outros, o presente plano justifica-se como um meio de orientar as ações e intervenções a serem realizadas, no intuito de responder aos desafios e necessidades de aprendizagem que ora nos são apresentados.



3.1 Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento de ações e intervenções, em consonância com a proposta pedagógica da SEMED e dos documentos norteadores do ensino, por meio do desenvolvimento de projetos pedagógicos, que possam contribuir para a superação das dificuldades de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento dos discentes, bem como a recomposição de saberes, num processo dialógico com as diversas questões sociais, ambientais e afetivas que perpassam a formação do sujeito crítico e ativo na sociedade.

RESULTADOS ESPERADOS

- Redução significativa do número de alunos com problemas relacionados à alfabetização e ao numeramento até o final do ano letivo;
- Promoção da interação entre as unidades através de atividades artísticas e esportivas;
- Aproximação da família e da escola, por meio da efetivação das reuniões de pais, e de encontros formativos e celebrativos;
- Fortalecimento das reuniões de AC e os Conselhos de Classe como instância de formação, reflexão e transformação do fazer pedagógico;
- Redução do índice de alunos com dificuldades de leitura, escrita e competência matemática;
- Redução dos índices de evasão e abandono escolar por meio da busca ativa;
- Diminuição da distorção idade série, por meio da regularização do fluxo;
- Sistematização do acompanhamento dos resultados, por meio do uso das tecnologias;
- Fortalecimento do uso das TICs em sala de aula, por meio do Programa de Atividades Complementares (PROAC);
- Combate à indisciplina e o bullying, por meio da educação voltada para os valores e a construção de uma cultura de paz na escola;
- Favorecimento do desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de ações integradas ao NAMP e NAT.



**PLANO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA:
ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS**

OBJETIVO	AÇÃO	PERÍODO	ENVOLVIDOS	RECURSOS/DESDOBRAMENTOS	RESULTADO ESPERADO
Promover o desenvolvimento integral dos estudantes.	Recomposição do de aprendizagem, por meio de atividades de numeramento e alfabetização para alunos do 6º ao 9º ano, que estejam em situação crítica.	Durante todo o ano letivo.	Secretaria, gestão, coordenação, professores.	Professores alfabetizadores e professores para numeramento, de acordo à necessidade de cada escola.	Redução a 0 o número de alunos com problemas de alfabetização.
	Projeto: Educação alimentar e nutricional.	I TRIMESTRE	Secretaria gestão, coordenação, professores, pais, alunos, outros.	Capacitação de coordenadores e professores oferecendo assim instrumentos e condições para melhor desenvolver o trabalho; Incorporação em Planos, Políticas e Programas, avaliações de impacto e com condições de ser acompanhadas sistematicamente.	Compreensão e <i>definição de estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis.</i>
	Projeto: Contribuições, vivências e conquistas femininas nas diversas áreas.	II TRIMESTRE	Secretaria, gestão, coordenação, professores, alunos, parcerias (diretoria de cultura, secretaria de saúde, secretaria de meio ambiente, secretaria de ação social).	Apresentação do tema a partir de experiências concretas; Organização de sequências didáticas com atividades lúdicas.	Realização de sarau ou mostra de produção de estudantes. Promoção de maior conhecimento em relação ao tema proposto.



	Projeto: Aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira.	III TRIMESTRE	Secretaria, gestão, coordenação, professores, alunos e comunidade escolar.	Atividades lúdicas envolvendo o tema proposto com o cotidiano; Feira de conhecimento afro-brasileiros e indígenas; Sarau cultural.	Promoção do conhecimento e reconhecimento da diversidade étnico-racial.
	Projeto de leitura e literatura	No decorrer do ano letivo, passando todos os projetos.	Secretaria, gestão, coordenação, professores e alunos.	Olimpíadas de língua portuguesa e/ou matemática; Simulados para provas saeb/sabe Sarau literário; Gincana literária. Práticas leitoras no cotidiano escolar.	Desenvolvimento da competência leitora e da capacidade de produzir textos. Despertar o gosto da literatura e da fruição da arte da palavra;
	Projeto jogos escolares	No decorrer do ano letivo, com culminância no terceiro trimestre.	Secretaria, gestão, coordenação, professores e alunos, diretoria de cultura e esporte.	Subsídios para a realização dos jogos (medalhas, troféus, juizes, e outros materiais), em parceria com outras secretarias.	Maior consciência dos valores, interação entre escolas do município,
	Atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais ou problemas de ordem socioemocional.	No decorrer do ano letivo.	Secretaria, gestão, coordenação, professores e secretaria escolar.	Estabelecer parcerias com a rede de apoio, a exemplo do CAPS, CRAS, CREAS, Secretaria de Ação Social e Saúde, para favorecer o atendimento adequado a esses discentes.	Promoção de melhores condições de atendimento e o desenvolvimento dos estudantes.
GESTÃO PEDAGÓGICA - PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES					
FORMAÇÃO DOCENTE,	Promover, bimestralmente reuniões de estudo e formação continuada.	No decorrer do ano letivo.	Secretaria, gestão, coordenação, professores;	Realizar, em parceria com o Estado ou outros o processo de formação continuada com formadores de diferentes áreas de conhecimento que favoreçam a reflexão e a transformação da	Aperfeiçoamento da prática docente, por meio de encontros formativos.



ACOMPANHAMENTO DO PPP E REALIZAÇÃO DAS ACS				prática docente.	
	Realização das ACS semanalmente para discussão, formação e planejamento docente e realizar mensalmente uma AC coletiva para alinhamento.	No decorrer do ano letivo.	Secretaria, gestão, coordenação, professores	Organizar e realizar semanalmente as reuniões de AC nas escolas.	Melhoria e alinhamento da prática docente.
	Verificar se as ações propostas pelo PPP estão sendo cumpridas e atendendo às necessidades das escolas, fazendo as intervenções necessárias no documento.	No decorrer do ano letivo.	Secretaria, gestão, coordenação e professores.	Leitura, estudo e implementação das ações propostas pelo Projeto Político Pedagógico.	Tornar o PPP um documento exequível.
ATENDIMENTO À COMUNIDADE ESCOLAR - ESTUDANTES, FUNCIONÁRIOS E FAMÍLIAS					
FORTALECER O VÍNCULO ENTRE OS MEMBROS INTERNOS E EXTERNOS DA COMUNIDADE ESCOLAR	Reunião de pais e mestres	Uma vez por trimestre	Gestão, coordenação, pais e professores.	Espaço adequado para a reunião; Recursos tecnológicos; Lanche/insumos...	Promoção do diálogo com os pais sobre as práticas pedagógicas da escola.
	Projetos que envolvam a família e a comunidade	Uma vez por trimestre	Gestão, coordenação, pais e professores.	Durante os meses temáticos e no desenvolvimento dos projetos, promover a participação da família, a exemplo do outubro rosa, novembro azul, Dia da família na escola (datas comemorativas).	Maior integração família, escola e comunidade.
	Confraternizações: dia da família na escola, festa junina (forro da educação), folclore, estudante, professor, crianças, dia de combate ao abuso infanto-juvenil, setembro amarelo, consciência negra,	Durante o ano letivo.	Gestão, coordenação, pais, professores e funcionários.	Realização dos eventos temáticos	Promoção da interação e a convivência da comunidade escolar, valorizando as tradições culturais e sociais.



etc.					
AÇÕES INTERVENTIVAS					
INTERVI R EM SITUAÇ ÕES QUE AMEAÇ AM O DESENV OLVIME NTO ESCOLA R	Base diversificada	Durante o ano letivo.	Secretaria, gestão, coordenação e professores	Realização da flexibilização curricular em contra turno.	Formação integral dos discentes.
	Busca ativa	Durante o ano letivo	Gestão, coordenação, professores e funcionários	Visitas e ligações às famílias de alunos faltosos.	Combater a evasão escolar.
	Distorção idade/série	Durante o ano letivo.	Secretaria, gestão, coordenação e professores.	Implementação da regularização do fluxo escolar.	Redução da distorção escolar pela oportunidade de intervenções que favoreçam o percurso escolar dos alunos.
	Combate à indisciplina, bullying e construção de uma cultura de paz.	Durante o ano letivo.	Secretaria, gestão, coordenação, professores.	Desenvolvimento de palestras, discussões e projetos interventivos para combater atitudes preconceituosas, desrespeitosas, discriminatórias, agressivas, etc.	Promoção de um ambiente saudável na escola.
	Criação de monitoria estudantil.	Durante o ano letivo.	Alunos, secretaria, gestão, coordenação e professores	Realização de processo seletivo com alunos do nono ano, que se destacam nos diferentes componentes, para realização de monitoria com alunos que apresentam dificuldade, dando aos monitores um subsídio de incentivo (cesta básica, bolsa simbólica...)	Incentivar os estudos e melhorar a aprendizagem dos estudantes.



PLANO DE AÇÃO 2025 EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

APRESENTAÇÃO

A educação de Jovens, Adultos e Idosos é uma modalidade de ensino que tem como objetivo precípuo, suprir ou compensar a escolaridade daqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou de forma insuficiente. Nesse sentido, é importante que se considere o fato de o sujeito desse período de escolarização ser alguém que tenha participação ativa nesse processo, colaborando assim com o desenvolvimento da autonomia, construindo um projeto de vida, valorizando sua autoestima e respeitando às diversidades.

Dentro dessa perspectiva, é notório que o retorno desse público à escola, não significa apenas uma busca para ampliação de conhecimentos, passa também pela reestruturação de um direito a eles negado, ou seja o direito de uma escola de qualidade e ao reconhecimento da igualdade de todo e qualquer ser humano ter acesso a um bem real social e simbolicamente importante.

Em todos os níveis e modalidade de ensino a escola deve estar voltada para o aluno e não ao contrário. Na EJA, este conceito deve ser reforçado, pois o jovem, o adulto e o idoso que procura esta modalidade já trazem consigo experiências de vida e conhecimentos informacionais acumulados historicamente. Esta bagagem cultural deve ser aproveitada pelo professor uma vez que é necessário fazer uma ligação entre o interesse de seus educandos e suas experiências com o conhecimento científico formal, para que haja uma educação que esteja a serviço desse perfil de aluno, o que constitui um aspecto desafiador.

Diante do exposto, o presente plano de ação destina-se a atender à demanda existente no Município de Oliveira dos Brejinhos. Além disso, serão planejadas as ações de atualização do Projeto Político Pedagógico das Escolas, a partir das documentações em vigor, a citar: Documento Referencial Curricular de Oliveira dos Brejinhos, PME, Documento Referencial Curricular da Bahia, Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares Nacionais, abarcando ações estratégicas, que culminarão na melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem destinada aos jovens, adultos e idosos com formação tardia.



JUSTIFICATIVA

O propósito de um Plano de Ação é servir de guia para os percursos formativos e pedagógicos do município, prevendo as demandas, as ações e os sujeitos envolvidos. Em virtude disso, os esforços aqui empreendidos se fazem importantes, pois evidenciam o empenho de uma rede que almeja o sucesso escolar para todos os estudantes, o que perpassa a melhoria das relações que envolvem o ensinar e o aprender. Vale salientar que, como todo planejamento, seja no nível micro ou macro, este possui um caráter flexível, o que significa que ele poderá ser revisto no contexto da prática e qualificado continuamente.

PÚBLICO-ALVO

Atores envolvidos nos Segmentos I (Eixos I e II) e Segmento II (Eixo III e IV) da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) das Escolas Municipais urbanas e rurais do município de Oliveira dos Brejinhos.

OBJETIVO GERAL:

Propor ações estratégicas e frentes de atuação que culminem na melhoria da qualidade no ensino e aprendizagem para os sujeitos vinculados à EJA, contribuindo para o aumento das possibilidades de sucesso escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir o percurso educacional com a gestão e coordenação escolar, no intuito de fazer as intervenções necessárias;
- Promover momentos de encontro formativo e reflexivo com os docentes, no intuito de discutir e aperfeiçoar as metodologias adotadas e as formas de avaliação;
- Atualizar, a partir da documentação pedagógica vigente e ao contexto atual, os Projetos Políticos Pedagógicos, de forma que contemplem as necessidades educacionais;
- Promover, junto às gestões, a organização do trabalho da secretaria escolar, de forma a dar celeridade ao trabalho pedagógico desse setor;
- Prover intervenções pedagógicas com os alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem;



- Alinhar o planejamento das unidades escolares que possuam essa modalidade de ensino, a fim de promover um currículo unificado;
- Utilizar das diferentes ferramentas tecnológicas como subsídios para garantir a aprendizagem.

RESULTADOS ESPERADOS:

- Promoção da interação entre as unidades escolares;
- Melhoria no relacionamento entre professores e alunos;
- Redução do índice de alunos com dificuldades de leitura, escrita e competência matemática;
- Redução dos índices de evasão e abandono escolar por meio da busca ativa;
- Promoção de ações que busquem a interação do educando, colocando-o como sujeito do processo;
- Garantia da educação igualitária e inclusiva, como direito de todos.

PLANO DE INTERVENÇÃO– PROPOSTA DE METAS E AÇÕES

Objetivos Específicos	Ações	Período	Envolvidos	Resultados Esperados
Qualificar o processo de ensino com vistas à melhoria na aprendizagem em turmas de EJA.	- Garantia de espaços e tempos destinados ao planejamento docente nas unidades escolares com a mediação dos Orientadores Pedagógicos;	Quinzenal	Supervisores Pedagógicos, Gestores escolares, Orientadores pedagógicos e Professores.	Propostas pedagógicas mais atraentes e alinhadas a um currículo de rede.
	- Promoção de encontros formativos com equipe docente.	Trimestral		
	- Construção da proposta curricular para a EJA;	Anual		
	- Adequação dos processos avaliativos com vistas a garantir a progressão de habilidades	Diário		
		Diário		



	<p>e aprendizagens;</p> <p>- Utilização de metodologias ativas na perspectiva da Pedagogia de Projetos;</p> <p>- Realização de Conselho de Classe para discussão das especificidades e tomada de decisões coletivas.</p>	Trimestral		
Oferecer condições para que as equipes gestoras fortaleçam a dinâmica do trabalho docente.	<p>Promoção de encontros formativos com equipes gestoras (tematização de práticas).</p> <p>Realização de visitas técnicas nos momentos de AC e em outros momentos pedagógicos com propósitos pré-definidos;</p> <p>Envio de feedback para orientadores pedagógicos e professores, com o objetivo de qualificar a prática;</p> <p>Reuniões de alinhamento com equipes gestoras para a gestão administrativa e pedagógica dos resultados nas turmas de EJA.</p>	<p>Trimestral</p> <p>Mensal</p> <p>Mensal</p> <p>Mensal</p>	Supervisores Pedagógicos, Gestores escolares, Orientadores pedagógicos e Professores.	Fortalecimento das equipes gestoras para a gestão pedagógica e administrativas em turmas de EJA.
Elevar as perspectivas de acesso e permanência em turmas de EJA.	<p>Realização de campanhas para mapeamento de pessoas que se encaixam como público da EJA;</p> <p>Adequação e flexibilização de horários, conforme a necessidade, com atenção à carga horária mínima a ser cumprida;</p> <p>Mapeamento de fatores sociais que implicam na evasão/desistência;</p>	<p>Anual</p> <p>Diário</p> <p>Diário</p>	Gestores escolares, Orientadores pedagógicos, Professores e demais profissionais da escola.	Aumento da taxa de matrícula na EJA com fluxo escolar contínuo.



	<p>Criação de parcerias com associações, empresas locais e outras secretarias municipais que possam auxiliar no enfrentamento desses fatores;</p> <p>Promoção de projetos e sequências didáticas voltadas para projetos de vida, considerando os saberes de mundo dos estudantes;</p> <p>Busca de parcerias para a oferta de oficinas e/ou cursos atrelados aos anseios dos jovens e adultos;</p> <p>Adoção da busca ativa.</p> <p>Criação do Projeto "EJA em Movimento" para promoção do bem estar físico e mental.</p>	<p>Mensal</p> <p>Semanal/Quinzenal/Mensal</p> <p>Trimestral</p> <p>Diário</p> <p>Trimestral</p>		
Investir em recursos pedagógicos e materiais didáticos adequados	<p>Criação de ementário e quadro com objetos de conhecimentos e expectativas de aprendizagem para turmas de EJA;</p> <p>Escolha de livros didáticos (PNLD) alinhados com os anseios e necessidades do público, considerando a linguagem e variedade textual;</p> <p>Disponibilização de bons modelos de sequências didáticas e projetos escolares que partam da utilização de materiais concretos não convencionais.</p>	<p>Anual</p> <p>Anual</p> <p>Trimestral</p>	Orientadores pedagógicos e Professores.	Utilização de materiais didático-pedagógicos apropriados para o público da EJA.



PLANO DE AÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2025 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

INTRODUÇÃO

A proposta de inclusão nas escolas municipais de Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais e EJA do Município de Oliveira dos Brejinhos, fundamenta-se em uma filosofia que possibilita a construção de igualdade de condições a todos os alunos, objetivando e oportunizando um espaço democrático que acolha e garanta a permanência de todos, sem distinção étnica, social, cultural, de gênero ou em razão de sua deficiência e características pessoais.

A escola deve olhar mais o potencial dos educandos, do que os impedimentos que eles apresentam, pois segundo a LDB nº. 9.394/96 garante a educação e o atendimento especializado, na rede regular de ensino a alunos com deficiência. A Declaração de Salamanca, 1994, propõe que todas as crianças tem necessidades e aprendizagens únicas, tem direito de ir à escola e sua comunidade, com acesso ao Ensino Regular, e nesse contexto, os Sistemas Educacionais devem implementar programas, considerando a diversidade humana e desenvolvendo uma pedagogia voltada para a criança.

O princípio fundamental da escola inclusiva é garantir que todos aprendam juntos, pois inclusão escolar é aquela que a instituição de ensino proporciona uma educação voltada para todos, de forma que qualquer aluno que dela faça parte, independente deste ser ou não deficiente, tenham condições de conhecer, aprender, ser e viver num ambiente livre de preconceitos e que estimule as potencialidades dos educandos e a formação de uma consciência crítica.

A educação inclusiva baseia-se em uma educação voltada para todos, por meio de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos diversos. Para isso é de fundamental importância que a escola tenha a participação de todos os alunos com ou sem deficiência, família e membros da escola, porém mesmo com todos envolvidos é essencial que tenhamos no ambiente escolar, pessoas especializadas, no caso um profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Justifica-se o presente Plano de ação pela sua relevância e comprometimento com a educação, entendendo-o como um direito a todos, considerando a princípio de igualdade, valorização do ser humano e convivência



dentro da diversidade, superando o preconceito e a discriminação, bem como pela grande necessidade existente das escolas de terem um profissional especializado em atendimento educacional especializado, podendo atuar principalmente em escolas que possuem alunos com necessidades educacionais especiais.

OBJETIVO GERAL:

Promover ações efetivas no processo de educação inclusiva das escolas municipais de Oliveira dos Brejinhos, em consonância com os parâmetros legislativos vigentes, levando em consideração a aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem por meio de cooperação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Articular ações para a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades de ensino, nas escolas da rede municipal de Oliveira dos Brejinhos;
- Desenvolver parceria entre professor de classe regular e demais membros da escola com o profissional de AEE;
- Integrar os demais alunos da escola com os alunos público-alvo educação especial;
- Conhecer os alunos e a escola verificando suas necessidades;
- Assessorar as escolas, gestores e os professores para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais;
- Orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;
- Orientar o professor da classe comum sobre estratégias que favoreçam autonomia e envolvimento do aluno especial em todas as atividades propostas ao grupo;
- Articular, com gestores e professores, para que o Projeto Pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva;
- Realizar mapeamento para o reconhecimento e acompanhamento efetivo dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas municipais;



- Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Conhecer as necessidades psicológicas de todos os sujeitos envolvidos, independentemente, de classe social, capacidade física ou mental em situações de riscos ou situações abastadas;
- Defender os direitos ao atendimento de suas necessidades e a promoção de seu desenvolvimento sem discriminação ou intolerância de qualquer tipo ou grau;
- Desenvolver estudos que contemplem uma visão sistêmica da inclusão, não atribuindo apenas ao professor a responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas;
- Promover uma parceria entre família, escola e educando com o objetivo de implicar todos no desenvolvimento educacional;
- Contribuir nas problemáticas referentes à educação e aos processos de ensino e aprendizagem dos alunos da educação inclusiva;
- Elaborar e construir instrumentos e recursos pedagógicos que favoreçam o professor em sua prática cotidiana, além de elaboração e refinamento de relatórios;
- Contribuir no esclarecimento de dificuldades de aprendizagem que não tem como causa apenas deficiências do aluno, mas que possui consequências escolares;
- Analisar e assimilar os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam uma boa aprendizagem em uma instituição;
- Propor e auxiliar no desenvolvimento de projetos favoráveis às mudanças educacionais visando evitar processos que conduzam as dificuldades da construção do conhecimento;
- Orientar a família em todos os aspectos para que os mesmos consigam entender como acontece à inclusão compreendendo as possibilidades que a mesma oferece ao seu filho;
- Orientar as famílias nos aspectos que envolvem os direitos sociais, vinculados aos programas socioassistenciais (Auxílio emergencial, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, entre outros);

**ATRIBUIÇÕES:**

- Mapeamento para o reconhecimento dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Elaboração do PEI – Plano Educacional Individualizado, quando na ausência do relatório;
- Reuniões com os pais dos alunos que fazem acompanhamento pelo Programa para devolutiva da evolução dos seus filhos;
- Orientação e encaminhamento dos alunos especiais ao atendimento com profissionais especializados;
- Encaminhamento de atividades específica para cada aluno da educação especial;
- Elaboração de documentos (planos, relatórios, atividades);
- Acompanhamento periódico aos alunos especiais, professores, diretores, estagiários, agente educador e aos responsáveis;
- Orientação às famílias sobre os benefícios socioassistenciais;
- Criar e atualizar banco de dados e quadro do perfil de alunos de educação especial:
- Estruturar equipe multidisciplinar para avaliação, orientação e atendimento pedagógico dos alunos;
- Normatizar e fazer gestão dos núcleos de educação especial nas escolas formadas por profissionais especializados (psicólogos, psicopedagogos, interpretes de libras, professores, orientadores);
- Promover formação continuada para profissionais que atendem aos alunos com necessidades especiais;
- Acompanhamento semanal das atividades realizadas pelas escolas para os alunos com necessidade especial;
- Acompanhamento das atividades realizadas pelos profissionais de apoio (psicólogos, psicopedagogos, e interpretes de libras), bem como leitura e avaliação dos relatórios enviados referentes com direcionamento quando necessário;
- Normatizar diretrizes para educação especial;
- Construção do projeto pedagógico para o NAMP (Núcleo de Apoio Multifuncional de Pedagógico) em articulação com a secretaria de saúde e secretaria de ação social;



- Construir gestão em rede com a saúde e educação para dirimir as demandas deste público;
- Acompanhar a elaboração, avaliação, efetivação e realimentação do Projeto Pedagógico das escolas;
- Articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva;
- Participar de eventos, cursos, assessoramentos e grupos de estudos, nas áreas de conhecimento e em sua modalidade de Ensino, compartilhando-os.

Cronograma de Atividades Para o Ano de 2025

ATIVIDADES	2024									
	mar	Ab r	Mai	ju n	jul	ago s	set	ou t	no v	de z
Mapeamento para o reconhecimento dos alunos com necessidades educacionais especiais;	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x
Apresentar o Projeto do NAMP a comunidade escolar.	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x
Elaboração de um PEI (Plano Educacional Individualizado);	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x
Visitas nas escolas para orientação aos professores da classe comum sobre estratégias que favoreçam a autonomia e o envolvimento do aluno especial em todas as atividades do grupo;	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva;	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Desenvolver parceria entre professor de classe regular e demais membros da escola com o professor de AEE.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Participação no processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x



necessidades especiais dos alunos;										
Fortalecer Vínculos familiares, comunitários e sociais	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Formação para dupla/trio gestor e professores para o atendimento dos educandos com necessidades educacionais especiais;	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Reunião para acompanhamento de resultado e desenvolver ações para melhoria do AEE;	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Orientação às unidades escolares sobre a legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Orientação e encaminhamento dos alunos com necessidades especiais a atendimento com profissional especializado;	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Atuação de forma colaborativa com os gestores e professores das escolas municipais;	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Indicação e orientação aos professores e pais quanto ao uso de recursos existentes na escola, SEMED e ou comunidade;	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Alinhamento constante da Equipe do NAMP;	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Encaminhamento de atividades específicas para cada aluno da educação especial acompanhado pelo NAMP;	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Elaboração de documentos (Planos, relatórios, atividades)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Orientação às famílias sobre os benefícios socioassistenciais.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Avaliação permanente do processo educativo nas escolas para o atendimento dos alunos com	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x



necessidades educacionais especiais.										
--------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

PLANO DE AÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2025
PROGRAMA DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR - PROAC

INTRODUÇÃO

A base diversificada é uma parte importante da matriz curricular e deve acontecer de maneira a contribuir com a formação integral dos educandos. Para isso, deve-se levar em consideração o desenvolvimento de habilidades e a consolidação de competências educacionais que proporcionem a ampla formação dos indivíduos em seus aspectos éticos, estéticos, políticos, sociais etc.

No percurso formativo da educação básica, trabalhar em perspectiva integral significa também (e principalmente) atentar para as especificidades da comunidade escolar, respeitando as idiossincrasias dos sujeitos envolvidos no ciclo de ensino e aprendizagem, que devem estar refletidas no Documento Referencial Curricular Municipal e Documento Referencial Curricular da Bahia (elaborados em consonância à BNCC), no tocante a parte diversificada, bem como nos Projetos Políticos Pedagógicos construídos em cada unidade de ensino.

Contudo, esses documentos normativos, por si só, não dão conta de abranger processos educacionais importantes para a formação integral dos nossos educandos, como por exemplo, as relações interpessoais e familiares, nas quais é fundamental o desenvolvimento de competências socioemocionais e afetivas.

Desse modo, a fim de potencializar as experiências de aula que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais, além de incentivar e promover a pesquisa, o engajamento com os grupos sociais do nosso entorno, propõe-se o desenvolvimento de projetos inspirados nos princípios educacionais da educação com metodologias ativas, desenvolvendo dimensões do conhecimento afins do aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

**JUSTIFICATIVA**

Considerando que a educação em tempo integral tem se mostrado uma estratégia fundamental para a promoção da aprendizagem de qualidade, a redução das desigualdades educacionais e a formação integral dos estudantes, este projeto busca instituir diretrizes que norteiem a implementação de um modelo de educação que amplie o tempo de permanência dos alunos na escola, permitindo o desenvolvimento de atividades pedagógicas, culturais, esportivas e sociais.

PÚBLICO-ALVO

Estudantes, professores/oficineiros, orientadores pedagógicos, pais e estudantes da creche, Educação Infantil, anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

OBJETIVO GERAL:

Propor ações estratégicas que culminem nas condições de oferta e acompanhamento da educação de tempo integral no município de Oliveira dos Brejinhos.

Objetivos Específicos	Ações	Período	Envolvidos	Resultados Esperados
Oferecer condições teórico-metodológicas para que os profissionais das atividades complementar es atuem de forma mais dinâmica e objetiva.	Disponibilização de quadro com objetos de conhecimento que possam ser trabalhados no PROAC.	Anual	Secretaria Municipal de Educação, Supervisores Pedagógicos e Oficineiros/ Professores.	Promoção de práticas educativas dinâmicas e objetivas alinhadas com o propósito do PROAC.
	Mapeamento das demandas formativas dos Orientadores Pedagógicos e Oficineiros/Professores;	Trimestral		
	Realização de Encontros formativos com Orientadores Pedagógicos e Oficineiros/professores;	Trimestral		
	Garantia de	Quinzenal		



	<p>espaços/tempos para o planejamento coletivo com a mediação dos Orientadores Pedagógicos;</p> <p>Realização de visitas técnicas às escolas para monitoramento das ações;</p> <p>Envio de feedback objetivando qualificar a prática pedagógica.</p>	<p>Mensal</p> <p>Mensal</p>		
<p>Fornecer recursos pedagógicos para que os colaboradores consigam trabalhar conforme a proposta pedagógica.</p>	<p>Fomento à escrita da proposta pedagógica de cada componente e listagem dos recursos pedagógicos necessários;</p> <p>Partilha de bons modelos de sequências didáticas e projetos que possam ser analisadas e aplicadas;</p> <p>Busca de parcerias (familiares, empresas, associações, secretarias municipais, etc.) para aquisição de materiais;</p> <p>Utilização de materiais recicláveis, sempre que possível.</p>	<p>Trimestral</p> <p>Mensal</p> <p>Mensal</p> <p>Semanal</p>	<p>Secretaria Municipal de Educação, Equipe gestora e parceiros.</p>	<p>Realização de aulas/atividades diversificadas e com materiais apropriados.</p>



Fortalecer a parceria entre família e escola para a promoção das ações do PROAC.	<p>Realização de reuniões periódicas para conversar sobre as atividades de tempo integral (importância, desafios, tomada de decisões, etc.);</p> <p>Criação e utilização de canais de comunicação (WhatsApp, Instagram, ligações, murais, etc.);</p> <p>Mobilização dos pais para colaborar com rodas de conversa, oficinas, contação de histórias e outras atividades no contraturno escolar.</p>	<p>Trimestral</p> <p>Semanal</p> <p>Mensal</p>	Equipe Gestora, Oficineiros/Professores e Família.	Maior participação da família na promoção das atividades de tempo integral na escola.
Construir um ambiente escolar seguro, com alimentação saudável, propício para a ampliação das aprendizagens dos estudantes	<p>Adequação das salas e ambientes externos para um maior conforto e interação dos estudantes;</p> <p>Mobilização da comunidade escolar para a utilização de espaços alternativos de aprendizagem (hortas, canteiros, quadra escolar, praças, etc.);</p> <p>Estabelecimento de parcerias para utilização de espaços extraescolares (associações, ONGs, outras escolas, etc.).</p> <p>Promoção de intervalos dirigidos com brinquedos, brincadeiras e jogos supervisionados;</p> <p>Oferta de alimentação escolar nutritiva, considerando as necessidades</p>	<p>Semestral</p> <p>Semanal</p> <p>Mensal</p> <p>Diário</p> <p>Diário</p>	Secretaria Municipal de Educação, Supervisão Pedagógica, Equipe Escolar e Parceiros.	Ambiente escolar seguro, favorável para a ampliação das aprendizagens e interações.



	<p>nutricionais dos estudantes.</p> <p>Desenvolvimento de projetos vinculados à segurança alimentar, relações de gênero e relações étnico-raciais.</p>	Trimestral		
Possibilitar aos estudantes a progressão de aprendizagens mediante a ampliação do tempo de permanência na escola.	Realização de rodas de conversa entre professores do tempo regular e profissionais que atuam nas atividades do contraturno, com o intuito de alinhar prioridades;	Mensal	Orientação Pedagógica, Oficineiros/Professores e Estudantes.	Progressão de aprendizagens e a ampliação dos espaços e tempos de socialização.
	Desenvolvimento de ACs formativas para análise dos resultados de avaliações externas para fins de correção de rotas;	Bimestral		
	Participação em aulas expositivas, momentos de investigação científica, aulas de campo e outros contextos de aprendizagem;	Diário		
	Investimento em diversas situações de leitura e escrita com propósito social;	Diário		
	Construção de relatórios para acompanhamento das aprendizagens.	Trimestral		



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Apesar do avanço com relação à Educação Ambiental em inúmeros documentos governamentais e legislações da educação, particularmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/1996, o fato é que estes não a contemplam plenamente no modo como concebida na Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, que prevê sua inserção em todos os níveis e modalidades de ensino, de forma integrada ao conjunto das práticas pedagógicas, considerando o ambiente em sua totalidade.

Assim sendo, o Município vem buscando desenvolver uma consciência educativa e reafirmando o compromisso com a manutenção de um ambiente saudável para esta e para as futuras gerações a partir do Plano Municipal de Educação Ambiental. Trata-se de um Plano que contém desde as bases legais às estratégias, as diretrizes e os princípios para aplicação de uma educação ambiental humanista, democrática e participativa na Rede Municipal de Ensino.

Não é um manual pronto e acabado com determinações a serem seguidas rigidamente, mas sim uma proposta aberta, elaborada coletivamente, em permanente construção, que sugere e propõe reflexões e ações de educação abordando a temática ambiental.

O mesmo tem como missão realizar de forma permanente e articulada atividades que permitam desenvolver nos alunos e comunidade a consciência da sua real participação na preservação do meio ambiente, nos aspectos relacionados à sustentabilidade, ao uso cauteloso dos recursos naturais, proteção dos mananciais do lugar onde vivem e principalmente a conservação e equilíbrio ecológico contribuindo para a qualidade de vida no planeta, estabelecendo parcerias com órgãos reguladores municipais, estaduais e federais no sentido de fornecer informações para que os alunos conheçam as leis específicas de proteção ambiental através de palestras e material didático e orientações sobre o combate aos problemas e desafios recorrentes no município,

AVALIAÇÃO DO PLANO PEDAGÓGICO ANUAL

Sabe-se que qualquer plano que almeja o sucesso precisa ser organizado, ter objetivos bem estabelecidos e manter revisões constantes, que buscam entender



se o que foi planejado está sendo cumprido. Portanto, avaliar o Planejamento Pedagógico Anual é fundamental para entender se o mesmo está funcionando.

Assim sendo, este será revisado periodicamente a fim de definir os rumos da educação no Município, haja vista que, ajuda também a entender se o município está cumprindo sua missão de educar os estudantes. Outro argumento essencial em favor da avaliação é que ela ajuda a equipe a rever o que foi feito anteriormente e a buscar novas soluções para pontos específicos do planejamento para o ano seguinte, pois, sendo um documento norteador, mas ao mesmo tempo flexível, deve dá espaço para a evolução em pontos considerados como deficitários durante a revisão e dessa maneira, será possível entender quais ações surtiram o efeito esperado e quais não estão contribuindo no sentido de alcançar os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 2030. Acompanhando o desenvolvimento sustentável até 2030. 2018. Disponível em < <http://www.agenda2030.org.br/acompanhe>> Acesso em: 10.01.2024.
- AUGUSTO, Lamartine. **Porta do Sertão**. 2 ed.Salvador: Edições Kouraçá.1999.
- BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB**. Disponível em: <http://dcrb.educacao.ba.gov.br/>. Acesso: 20 jan. 2025
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: Contribuições a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. 2ºed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1985.
- BRASIL. **LEI Nº 13.666, DE 16 DE MAIO DE 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2018/Lei/L13666.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.
- BRASIL. **LEI Nº 14.986, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Disponível em:



<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14986-25-setembro-2024-796400-publicacaooriginal-173212-pl.html>. Acesso em: 14 mar. 2025.

- BRASIL. **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 14 mar. 2025.

- BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional pela Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC, Brasília, 2017.

- CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES E EDUCADORES DO PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em: <http://atendimentoeducacionalespecializado.pbworks.com/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

- DAY, C. **Desenvolvimento Profissional de Professores: os desafios da aprendizagem permanente**. Porto: Porto Editora, 2001.

- DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DA BAHIA – DCRB. Disponível em: < <http://dcrb.educacao.ba.gov.br/> . Acesso em 20.janeiro.2024.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários á prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996, p 47.

- FRITZEN, Silvino José. Dinâmicas de recreação e jogos. Petrópolis: Vozes, 2000.

- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 10 mar. 2025.

- GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. Cadernos Educação Básica: O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.

- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

- Manchas de pobreza e desenvolvimento regional na Bahia / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. – Salvador: SEI, 2017. 109 p. il. (Série



estudos e pesquisas, 101). Disponível em:

http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=284

- MASSA, Clarice; MASSA, Andréia. A banalização do termo “projeto” no cotidiano escolar. Revista Factus. São Paulo, v. 11, abr. 2007.

- MORAN, J. **Como Utilizar as Tecnologias**. In: A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá. São Paulo: ed. Papirus, 2007, p. 101-111.

- OCDE/INFE (REDE INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DA OCDE). 2018 OECD/INFE toolkit. Measuring Financial Literacy, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/measuringfinancialliteracy.htm>. Acesso em: 23 jan. 2025..

- OLIVEIRA DOS BREJINHOS. **Plano Municipal de Educação Ambiental**.

- OLIVEIRA DOS BREJINHOS. **Referencial Curricular de Oliveira dos Brejinhos**. 2018.

- Plano Municipal de Educação Ambiental.

- RAPOSO, M. e OLIVEIRA M. O currículo do ensino médio. CEAD 2013.

- Referencial Curricular de Oliveira dos Brejinhos. Disponível em: Secretaria Municipal de Educação.

- SANTANA, João. **Cartilha Histórica de Nazaré das Farinhas**. Salvador, 1ª Ed. 2017.

- SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. São Paulo:Nobel, 1985

- SISTEMA DE AVALIAÇÃO BAIANO DA EDUCAÇÃO - SABE. Disponível em:< <https://undimebahia.com.br/wp-content/uploads/2022/10/BA-SABE-2022-FOLDER-2-DOBRAS-DIGITAL-UFJF.pdf>.>

- SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – SAEB. Disponível em:< <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>.>